

INCLUSÃO, CONHECER PARA ASSEGURAR OS DIREITOS AOS DISCENTES COM NE NOS SERVIÇOS INCLUSIVOS

um guia para a inclusão dos discentes com
Necessidades Específicas no IFCE



Maria Brasilina S. da Silva
Josilene Almeida Brito

INCLUSÃO, CONHECER PARA ASSEGURAR OS DIREITOS AOS DISCENTES COM NE NOS SERVIÇOS INCLUSIVOS

um guia para a inclusão dos discentes com
Necessidades Específicas no IFCE

Maria Brasilina S. da Silva
Josilene Almeida Brito

Descrição Técnica do Produto Educacional

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

| COORDENAÇÃO ACADÊMICA |

Profa. Dra. Cristiane Ayala

| AUTORES DO PRODUTO EDUCACIONAL |

Maria Brasilina Saldanha da Silva - Orientanda
Profa. Dra. Josilene Almeida Brito - Orientadora

| PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO |

Prof. Me. Antonio Ferrão Paiva Pinto Neto

| APLICATIVOS PARA DIAGRAMAÇÃO |

Canva Pro e Figma

| ILUSTRAÇÕES E IMAGENS |

Freepik e Canva Pro - Originais e/ou com adaptações a partir de AndreyPopov de Getty Images, Africa Images, Sketchify, Hadi Davadpour de Noun Project, Icons8, Clier-Free-Vector-Images de pixaby, Irfa Rahat de Aumz Studio, Creativemahira;
Outras encontram-se referenciadas no corpo do Produto Educacional

| DIVULGAÇÃO |

Meio Digital

| URL |

.....

| DISPONIBILIDADE |

Irrestrita, desde que seja respeitada a propriedade intelectual. Não é permitido o uso comercial por terceiros sem a permissão dos autores da obra.

| IDIOMA |

Português

| CIDADE |

Jaguaribe-CE

| PAÍS |

Brasil

| REGISTRO DO PRODUTO/ANO |

2023

| ORIGEM DO PRODUTO EDUCACIONAL |

Dissertação intitulada "Educação inclusiva: especificações para suporte inclusivo ao Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) na Educação Profissional e Tecnológica

| TÍTULO DO PRODUTO EDUCACIONAL |

CARTILHA INFORMATIVA DE APOIO À COMUNIDADE ESCOLAR: um guia para a inclusão dos discentes com Necessidades Específicas no IFCE

| FINALIDADE |

Socializar informações para orientar todos os envolvidos no processo de inclusão dos alunos com necessidades específicas no IFCE campus Jaguaribe as principais informações acerca da inclusão, do público alvo da Educação Especial e dos serviços inclusivos (NAPNE e AEE) para auxiliar no desenvolvimento do processo da inclusão.

| CATEGORIA DO PRODUTO EDUCACIONAL |

Cartilha Educativa

| ÁREA DO CONHECIMENTO |

Ensino

| PÚBLICO-ALVO |

Gestores e Coordenadores de cursos, docentes, discentes, técnicos administrativos, terceirizados e demais membros da instituição

| AVALIAÇÃO DO PRODUTO |

15 membros do IFCE-Campus Jaguaribe, dentre docentes, discentes, técnicos, gestores e membros do NAPNE.

| INSTITUIÇÃO ENVOLVIDA |

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE Campus Salgueiro; e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE Campus Jaguaribe.

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586 Silva, Maria Brasilina Saldanha da.

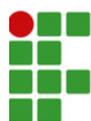
Inclusão, conhecer para assegurar os direitos aos discentes com NE nos serviços inclusivos: um guia para a inclusão dos discentes com Necessidades Específicas no IFCE / Maria Brasilina Saldanha da Silva. - Salgueiro, 2023.
47 f. : il.

Produto Educacional (ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Josilene Almeida Brito.

1. Educação. 2. Políticas Públicas de Inclusão. 3. NAPNE. 4. Atendimento Educacional Especializado (AEE). 5. Pessoas com Deficiência. I. Título.

CDD 370

Gerado automaticamente pelo sistema Geficat, mediante dados fornecidos pelo(a) autor(a)



INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano
Campus Salgueiro



- 04 **Apresentação**
- 06 **Justificativa**
- 07 **Autores**
- 08 **CAPÍTULO 1 – Educação Especial**
- 09 **CAPÍTULO 2 – Educação Inclusiva**
- 11 **CAPÍTULO 3 – Marcos legais da PNEI**
- 12 **CAPÍTULO 4 – Público-alvo da Educação Especial**
- 13 **CAPÍTULO 5 – Deficiências**
Deficiência física; Deficiência auditiva; Deficiência visual; Deficiência intelectual; Deficiência múltipla; Altas habilidades/superdotação; Transtorno do Espectro Autista
- 18 **CAPÍTULO 6 – Serviços inclusivos da Educação Especial**
Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)
Atendimento Educacional Especializado (AEE)
Atribuições do profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE)
Profissional de apoio na Educação Especial
- 27 **CAPÍTULO 7 – Recomendações pedagógicas para a inclusão dos alunos com NE**
- 42 **Considerações finais**
- 43 **Referências**

Apresentação

O direito à educação tem suas peculiaridades vistas na Constituição Federal (1988), nos termos dos artigos 205, caput, 206 e 208, que atendem ao princípio da igualdade de acesso e de permanência na escola, a TODOS, inclusive para os sujeitos com algum tipo de deficiência. Constituem direitos estabelecidos na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 4º, V, LDB, V) "acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um". (BRASIL, 1996) (grifo nosso). Essa mesma proposição encontra-se no Estatuto da Pessoa com Deficiência (art. 27, 2015) com a garantia de que a educação se constitui como direito da pessoa com deficiência e é assegurado no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida. (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho, a partir da pesquisa realizada e diagnosticada como parte da dissertação supracitada, é socializar informações para orientar a todos os envolvidos no processo de inclusão dos estudantes com necessidades específicas no IFCE campus Jaguaribe, as principais informações acerca da inclusão, do público alvo da Educação Especial e dos serviços inclusivos (NAPNE e AEE) para auxiliar no desenvolvimento do processo da inclusão.



Apresentação

Ainda que tenham ocorrido consideráveis avanços para a inclusão dos alunos com necessidades específicas nas escolas e instituições regulares, promovendo serviços inclusivos, é preciso analisar de que modo esses serviços têm se efetivado para garantir e assegurar o ingresso, a permanência e o êxito destes nos espaços educacionais. A partir dessa inquietação, foi desenvolvida a dissertação intitulada "Educação inclusiva: especificações para suporte inclusivo ao Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) na Educação Profissional e Tecnológica".

Nesse sentido, objetiva-se socializar informações para orientar a todos os envolvidos no processo de inclusão dos estudantes com necessidades específicas nos ambientes escolares acerca do que é a inclusão, do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), dos serviços inclusivos (NAPNE e AEE), das Tecnologias Assistivas (TA) e de algumas Recomendações Pedagógicas para auxiliar no desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos discentes com NE.



Justificativa

Quando se fala em educação para “todos” não podemos aceitar que dentro de ambientes escolares estejam ocorrendo espaços excludentes, segregadores, visto que a educação é um direito básico do indivíduo. Independentemente de diferenças sociais, econômicas, de raça, de gênero, de cor, ou se a pessoa tem necessidades específicas: todas são titulares desse direito. Percebe-se que apesar de vários estudos, investimentos e ações desempenhados para a melhoria na educação para as pessoas com deficiência e que seus direitos sejam assegurados, ainda encontramos pensamentos que vão de encontro ao sistema inclusivo. A noção é de que estamos falando de uma educação especial, diferenciada, quiçá, em ambientes particularizados, segregados, pois o sistema de educação carrega no seu âmago formas de ensino padronizado para atender a todos sem garantir o direito à equidade.

De acordo com a pesquisa, parte da dissertação “Educação inclusiva: especificações para suporte inclusivo ao Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) na Educação Profissional e Tecnológica” ocorreu a inclusão dos alunos com Necessidades Específicas nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, campus Jaguaribe, a partir da atuação do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), propomos socializar os dados achados com o intuito de contextualizar a realidade se a inclusão está sendo garantida e assegurada por meio das informações obtidas do público investigado, e, desenvolver uma formação pedagógica orientativa abordando as Políticas Públicas da Educação Especial na perspectiva da Inclusão com as estratégias de como realizar a inclusão dos alunos com NE no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais (IFs).

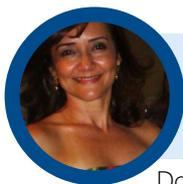




Maria Brasilina Saldanha da Silva

Autora

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT - pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE - Campus Salgueiro. Pós-graduação Lato Sensu - Especialização - em Psicopedagogia Educacional pela Faculdade ESEA. Pós-graduação Lato Sensu - Especialização - em Metodologia em Ensino Fundamental e Médio pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú. Licenciatura em Pedagogia em Regime Especial pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú (2001). Pedagoga docente na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Jaguaribe e pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - Campus Jaguaribe.



Josilene Almeida Brito

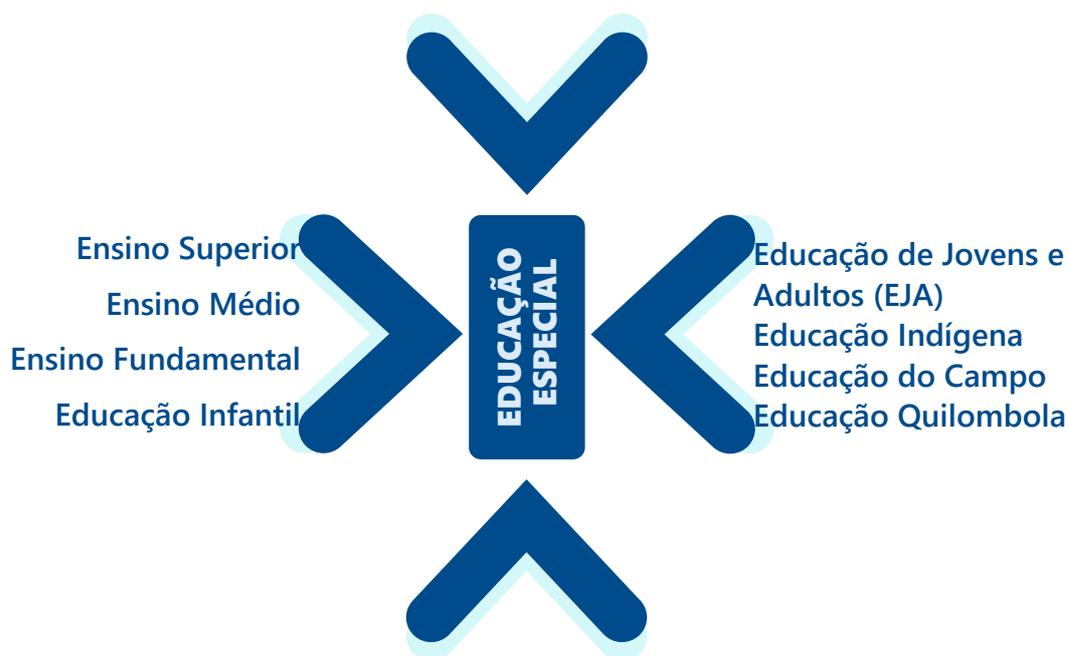
Orientadora

Doutora em Ciência da Computação na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2017). Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE(2010). Possui especialização em Informática com Ênfase na Educação - UFPE(2007). Atualmente é docente e pesquisadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IFSertão PE - Campus Petrolina e professora do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) Campus Salgueiro, atuando na linha de Práticas Educativas em EPT. Coordenadora e docente da Pós-Graduação Lato Sensu em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação (TECDAE), campus Petrolina PE, atuando nas linhas de Ferramentas e Métodos para o Ensino e Aprendizagem da Computação e Design de Interfaces Educacionais. Sua expertise está vinculada as áreas de Ciência da Computação com ênfase nos seguintes temas: concepção, desenvolvimento e avaliação de interfaces educacionais/ Interação Homem-Máquina; Práticas educativas com uso de tecnologias interativas; Estratégias de aprendizagem para Aprendizagem Ubíqua, estudos metodológicos de interação de artefatos educacionais emergentes, Design e avaliação de ambientes de aprendizagem com ênfase em - UL ? Ubiquitous Learning e ML - Mobile Learning

O que é Educação Especial?



Fonte: <https://www.freepik.com/author/pch-vector>



“Modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.
(Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.)

O que é Educação Inclusiva?

Mantoan (2006, p. 20) faz uma importante reflexão sobre a inclusão, quando afirma: "A igualdade de oportunidades é perversa, quando garante o acesso, por exemplo, à escola comum de pessoas com alguma deficiência de nascimento ou de pessoas que não têm a mesma possibilidade dos demais, por problemas alheios aos seus esforços, de passar pelo processo educacional em toda a sua extensão. Mas não lhe assegura a permanência e o prosseguimento da escolaridade em todos os níveis de ensino." (MANTOAN, 2006).

Segundo Mantoan (2004, p. 7-8): "há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza." (MANTOAN, 2004)



Fonte: <https://www.freepik.com/author/freepik>

Integração ou inclusão?



Fonte: Adaptado pela autora de <https://br.freepik.com/autor/freepik>

INTEGRAÇÃO

Segundo Sasaki (2010), a integração trata-se de “um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torná-la mais aceitável no seio da sociedade”. (SASSAKI, 2010, p.33).



Fonte: <https://br.freepik.com/autor/freepik>

INCLUSÃO

Segundo Sasaki (2010), a inclusão trata-se de uma “aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem através da cooperação”, destarte, assegura que “os problemas da pessoa com deficiência não estão nela tanto quanto estão na sociedade”. (SASSAKI, 2010, p. 40 e 44).

Diante do exposto, a “integração” se refere especificamente à inserção de alunos com necessidades específicas nas escolas e/ou instituições regulares ou até mesmo ao agrupamento destes em escolas ou instituições especiais, onde são caracterizados e acompanhados de acordo com o padrão comparativo estabelecido pela sociedade: normal X anormal. Para esses, são ofertados currículos adaptados, atividades e avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender.

Enfim, nesta perspectiva, não é a escola que tem que mudar, mas o aluno que tem que mudar e se adaptar às exigências do local. Quanto à “inclusão”, implica uma mudança de perspectiva educacional, pois é necessário e imprescindível atingir a TODOS com ou sem deficiência para obter sucesso na trajetória educativa. (Mantoan, 1999).

Marcos legais para a implantação da Política Nacional de Educação Inclusiva (PNEI)

Capítulo 3

MARCOS LEGAIS DA PNEI

Constituição Federal

1988

Em seu artigo 206, inciso I, a CF estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola", como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Política de Educação Especial (PEE)

1994

Publicação da Política de Educação Especial, pelo Ministério da Educação.

Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

1999

O Decreto Federal nº 3.289/99, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Inclusão dos alunos surdos

2005

O Decreto nº 5.626/05, o qual trata da inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Educação de Alunos com Transtornos Funcionais

2010

Propostas de Diretrizes Nacionais para a Educação de Alunos com Transtornos Funcionais Específicos na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ofício Circular nº 134/2010/GAB/SEB/MEC.

Política Nacional de Educação Especial

2020

Por meio do Decreto nº 10.502/2020, fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

1990

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça a obrigatoriedade dos pais ou responsáveis de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

1996

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996), possui, pela primeira vez, um capítulo (Capítulo V) exclusivo voltado à Educação Especial.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

2001

Por meio da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, em seu artigo 2º, tais diretrizes determinam que: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

2009

A Resolução nº 4/2009 do MEC trata de consolidar as recomendações do Conselho Nacional de Educação sobre a organização do atendimento educacional especializado (AEE) nas escolas regulares e sobre os critérios de disponibilização dos recursos do FUNDEB para as matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais.

Estatuto da Pessoa com Deficiência

2015

Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - LBI), é "destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania."

Público-alvo da Educação Especial na perspectiva da inclusão

“Na perspectiva da educação inclusiva, a Educação Especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu Público-Alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação...” (Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, (p. 15, MEC, 2008).



Obra do discente autista Alexandre Vieira ("Xandoca") IFCE Campus Jaguaribe, 2023

Wellington Soares ("Juninho") IFCE 2023



“Educação Inclusiva é a expressão do que somos enquanto espaço de construção.” (Brasilina, 2023).

Deficiências

Considera-se Pessoa com Deficiência (PCD) aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Art. 2 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.)

Deficiência física



Fonte: <http://escola.educacaoofisica.com.br/2019/05/deficiencia-fisica-neuromotora.html>

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de: Paralisias - paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida.

TIPOS DE PARALISIA

..Monoplegia / Monoparesia

Ausência ou diferentes graus de dificuldade de movimento em um dos membros.

..Hemiplegia / Hemiparesia

Quando é afetado um lado do corpo (membro superior e inferior direito ou esquerdo).

..Triplegia / Triparesia

Quando três membros são afetados tanto na parte motora quanto sensorial.

..Paraplegia / Paraparesia

Quando são afetados os movimentos ou os movimentos e a sensibilidade dos membros inferiores, podendo nestes casos ser de dois tipos flácida ou contrátil.

..Tetraplegia / Tetraparesia

Quando os quatro membros encontram -se afetados quanto aos movimentos e a sensibilidade.

..Paresia

Diminuição ou dificuldade de movimento e/ou sensibilidade.

..Plegia

Ausência de movimento e/ou sensibilidade.

Fonte: Decreto nº 5.296/2004.

Deficiência auditiva



Fonte: <http://centraldeinteligenciaacademica.blogspot.com/2014/07/plano-de-acao-pedagogica-deficiencia.html>

Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (Fonte: Decreto nº 5.296/2004.)

Deficiência visual



Fonte: <http://centraldeinteligenciaacademica.blogspot.com/2014/07/plano-de-acao-pedagogica-deficiencia.html>

Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (Fonte: Decreto nº 5.296/2004.)

Deficiência intelectual



Fonte: <https://iptc.net.br/atividades-para-alunos-com-deficiencia-intelectual>

Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas:

**comunicação - cuidado pessoal -
habilidades sociais - utilização dos
recursos da comunidade - saúde e
segurança - habilidades acadêmicas -
lazer - trabalho**

(Fonte: Decreto nº 5.296/2004.)

Deficiência múltipla



Fonte: faculdadecerrado.com.br/produto/deficiencia-multipla-deficiencia-sensorial-e-surdocegueira

Associação de duas ou mais deficiências- Associação de duas ou mais deficiências primárias (mental (intelectual / visual / auditiva / física) com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

(Fonte: Decreto nº 5.296/2004.)

Altas habilidades/superdotação

São estudantes que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes.

Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

(Fonte: Decreto nº 5.296/2004.)



Fonte: <http://sites.pucgoias.edu.br/extensao/blog/2017/08/07/pris-participa-de-seminario-sobre-altas-habilidades-e-superdotacao/>

Transtorno do Espectro Autista



Fonte: clinicadepsicologianodari.com.br/post/avaliacao-neuropsicologica-em-transtorno-global-do-desenvolvimento

Segundo o DSM-5 (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos.

CLASSIFICAÇÃO DO AUTISMO



..Nível 1 - Leve

As pessoas com nível leve de autismo, em relação à interação e comunicação social, apresentam prejuízos mas não necessitam de tanto suporte. Têm dificuldade nas interações sociais, respostas atípicas e pouco interesse em se relacionar com o outro.

Em relação ao comportamento, apresentam dificuldade para trocar de atividade, independência limitada para autocuidado, organização e planejamento.



..Nível 2 - Moderado

As pessoas com nível moderado de autismo, em relação à interação e comunicação social, necessitam de suporte substancial, apresentando déficits na conversação e dificuldades nas interações sociais, as quais, muitas vezes, precisam ser mediadas.

Em relação ao comportamento podem apresentar dificuldade em mudar de ambientes, desviar o foco ou a atenção, necessitando suporte em muitos momentos.



..Nível 3- Severo

As pessoas com nível severo de autismo, em relação à interação e comunicação social, necessitam de muito suporte, pois apresentam prejuízos graves nas interações sociais e pouca resposta a aberturas sociais.

Em relação ao comportamento, apresentam dificuldade extrema com mudanças e necessitam suporte muito substancial para realizar as tarefas do dia a dia, incluindo as de autocuidado e higiene pessoal.

Além desses fatores, outros critérios específicos para o diagnóstico de autismo são: prejuízo intelectual e de linguagem, condição médica ou genética, outras desordens do neurodesenvolvimento ou transtornos relacionados.

Fonte das imagens: Adaptadas pela autora a partir de <https://br.freepik.com/autor/gstudioimagem1>

Serviços inclusivos da Educação Especial na perspectiva da inclusão

Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

Qual o papel do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) na Inclusão dos alunos com necessidades específicas no IFCE?

No ano de 2015, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE criou a Comissão Técnica para Política de Acessibilidade, através da Portaria 509 do Gabinete do reitor, com o objetivo de elaborar a Política de Acessibilidade da referida instituição. (RELATÓRIO DE PESQUISA SOBRE ACESSIBILIDADE NO IFCE PERÍODO: 2017 a 2018).

Segundo a Resolução nº 050, de 14 de dezembro de 2015, a qual aprova o regulamento dos NAPNEs do IFCE, alterada pela Resolução nº 64, de 28 de maio de 2018, o NAPNE, no §3º, é um "Núcleo permanente que tem por finalidade promover o acesso, a permanência e o êxito educacional do discente com necessidades específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-IFCE". Rege no §4º, que "o NAPNE promoverá, em conjunto com os demais setores do IFCE, suporte técnico, científico, acadêmico, pedagógico e psicossocial necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área da educação inclusiva, sob a perspectiva dos direitos e da diversidade humana."

O Núcleo, vinculado à Pró-reitoria de Extensão do IFCE, tem como objetivo principal buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e educacionais na Instituição de ensino. É constituído por diferentes profissionais e voluntários que integram as equipes multidisciplinares:

**Psicólogos, assistentes sociais,
pedagogos, intérpretes de libras,
docentes, discentes, pais e membros da
sociedade civil**

Quais as Competências e Atribuições do NAPNE?

Art. 4º – Resolução 050 de 2015 do CONSUP-IFCE

- I. Disseminar a cultura da inclusão no âmbito do IFCE através de projetos.
- II. Garantir a implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão da formação com êxito dos alunos com NE.
- III. Estimular o espírito de inclusão na comunidade interna e externa, de modo que o aluno, [...] adquira conhecimentos técnicos e também valores sociais consistentes....
- IV. Fomentar na instituição a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidades.
- V. Articular com os setores da Instituição as diversas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software e material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas.
- VI. Prestar assessoramento aos dirigentes do campus em questões relativas à inclusão de Pessoas com NE.
- VII. Participar dos momentos de discussão sobre as políticas de ensino, pesquisa extensão e gestão para compor o planejamento da instituição...
- VIII. Indicar e propor ações para o planejamento necessário para a inclusão das pessoas com NE no Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI e no Plano de Ação Anual-PAA.
- IX. Participar do processo de ingresso de novos alunos, garantindo condições a acessibilidade para pessoas com NE.
- X. Participar da elaboração da Política de Ações Afirmativas do IFCE.

O que NAPNE requer para promover a acessibilidade às pessoas com necessidades específicas?

Art. 12º – Resolução 050 de 2015 do CONSUP-IFCE

- I. Adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, adaptações das metodologias de ensino, dos recursos didáticos e do processo de avaliação para o desenvolvimento dos alunos.
- II. Profissionais capacitados e especializados.
- III. Equipamentos e materiais específicos para participação nas ações de ensino, pesquisa, extensão e assuntos estudantis.
- IV. A participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade.

O que o NAPNE deve dispor de infraestrutura necessária para a instalação, suporte administrativo e apoio para seus trabalhos?

Art. 27º – Resolução 050 de 2015 do CONSUP-IFCE

- I. Sala com acessibilidade física, espacial e mobiliária
- II. Telefone, computadores em rede e softwares específicos.
- III. Uma cadeira de rodas, para eventuais emergências
- IV. Recursos multifuncionais para apoio aos estudantes e servidores com deficiência.
- V. Tecnologias Assistivas que possibilitem o atendimento individualizado aos estudantes e servidores.

Atendimento Educacional Especializado (AEE)



O AEE ganhou destaque nas políticas educacionais, no Brasil, com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Fonte: <http://www.ifnmg.edu.br/comite-de-ensino/55-portal/januario/januario-institucional/31421-atendimento-educacional-especializado-aee>

Políticas públicas que asseguram o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para às PCDs

LDB - Lei 9.394/96, Art. 4, Inciso I

"Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino".

LBI 2015, Art. 28, Inciso III

"Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, [...], para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia".

Decreto 7.611/2011

Estabelecendo que é um atendimento complementar ou suplementar que envolve o processo educativo para a inclusão.

ATENÇÃO!

Mesmo com todas as garantias legisladas, NÃO ENCONTRAMOS nos documentos institucionais do IFCE, PPI (2015), PDI (2019 a 2023), PPE e nem na Resolução 050, de 14 de dezembro de 2015, indícios para criação ou implementação do AEE nos campi.

Atribuições do profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE)



Inclusão no processo de ensino e aprendizagem

Atuar, em articulação com os docentes, assistentes de alunos, coordenador de curso, servidores técnico-administrativos da área de ensino que atuam direta ou indiretamente com o aluno, com a participação da família e em interface com o NAPNE, Núcleo Pedagógico, discutindo, avaliando e propondo ações que visem a integração e o fortalecimento das propostas que se referem à inclusão no processo de ensino aprendizagem do aluno com necessidade específica.



Acompanhar o educando

Acompanhar o educando nas suas atividades didáticos-pedagógica e complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos educandos, público alvo da educação especial.



Material específico

Preparar material específico para uso do estudante com necessidades específicas



Identificar necessidades educacionais específicas

Identificar as necessidades educacionais específicas do aluno, definindo recursos de acessibilidade necessárias no ambiente escolar e no planejamento e execução das atividades desenvolvidas no atendimento especializado.



Plano Individual de Aluno (PIA)

Auxiliar na elaboração, execução, e avaliação do Plano Individual do Aluno – PIA, juntamente com o NAPNE, Núcleo Pedagógico e docentes, avaliando a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade.



Cronograma

Definir o cronograma de atividades do atendimento do aluno.



Estratégias pedagógicas e recursos

Organizar estratégias pedagógicas juntamente com o NAPNE, Núcleo Pedagógico e docentes, assim como identificar e produzir recursos acessíveis.



Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA)

Trabalhar a Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular.



Desenvolvimento dos processos mentais

Realizar atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos mentais: atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros.



Autonomia dos alunos

Realizar atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos mentais: atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros



Interação dos alunos

Propiciar a interação dos alunos em ambientes sociais, valorizando as diferenças e não a discriminação



Tecnologia assistiva

Acompanhar a funcionalidade e usabilidade dos recursos de Tecnologia Assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares

Profissional de apoio na Educação Especial

O Profissional de apoio no ambiente escolar tem a finalidade de proporcionar ao estudante com deficiência ou com transtorno global de desenvolvimento com limitações físicas e /ou comunicacional, possibilidades de realizar as Atividades da Vida Diária (AVDs), de locomoção e /ou comunicação, de acompanhamento em escritas ou leituras na sala de aula regular.

Quais as leis que garantem o profissional de apoio na sala de aula regular?

Resolução CNE/CEB nº 02/01

Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, informa, em sua redação, um serviço de apoio pedagógico especializado realizado na sala comum: “disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação”. (Brasil, 2001, p. 2)

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão (2008)

Anuncia que os sistemas de ensino são responsáveis para organizar a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, [...] “disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar”. (Brasil, 2008, p. 17, Grifo nosso)

Nota Técnica MEC/SEESP/GAB nº 19, de 2010

Trata da organização e da oferta dos profissionais de apoio aos alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento nas salas regulares nas instituições de ensino, evidenciando que (Brasil, 2010):

I. Os profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência.

II. A demanda de um profissional de apoio se justifica quando a necessidade específica do estudante público-alvo da Educação Especial não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes.

III. Em caso de educando que requer um profissional 'acompanhante'/'cuidador' em razão de histórico segregado, cabe à escola favorecer o desenvolvimento dos processos pessoais e sociais para a autonomia, avaliando juntamente com a família a possibilidade gradativa de retirar esse profissional.

IV. Não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas ao aluno público-alvo da Educação Especial nem se responsabilizar pelo ensino desse aluno.

V. O profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores do aluno público-alvo da Educação Especial da sala de aula comum e da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola.

VI. Os demais profissionais de apoio que atuam no âmbito geral da escola, como auxiliar na Educação Infantil, nas atividades de pátio, na segurança e na alimentação, entre outras atividades, devem ser orientados quanto à observação para colaborar no atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes.

Nota Técnica MEC/SECADI/DPEE nº 24, de 2013

Trata da orientação aos sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764/12, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e institui que o apoio do profissional, conforme o artigo 3, parágrafo único: em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do artigo 2, terá direito a acompanhante especializado (Brasil, 2013):

I. Destina-se aos estudantes que não realizam as atividades de alimentação, higiene, comunicação ou locomoção com autonomia e independência, possibilitando seu desenvolvimento pessoal e social.

II. Justifica-se quando a necessidade específica do estudante não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes.

III. Não é substitutivo à escolarização ou ao atendimento educacional especializado, mas articula-se às atividades da aula comum, da sala de recursos multifuncionais e demais atividades escolares.

IV. Deve ser periodicamente avaliado pela escola, juntamente com a família, quanto à sua efetividade e à necessidade de continuidade.

Recomendações pedagógicas específicas para a inclusão dos alunos com NE nas salas regulares





Deficiência intelectual

1	Elaborar e implantar um Plano de Desenvolvimento Individual junto à família/NAPNE/AEE sobre os interesses, competências, habilidades e limitações.	2	Utilização de recursos visuais e auditivos para consolidar as explicações que quase sempre são necessárias repeti-las.
3	Nas resoluções das atividades, dividir em pequenos passos, dando sequência do mais simples ao mais complexo (dependendo da complexidade,) até o aluno criar autonomia.	4	Promover trabalhos em duplas, grupos e estimular o uso de diferentes recursos como computador, tablets, materiais adaptados.
5	Nas aulas de Matemática, fazer o uso de Cuisenaire, material dourado, blocos lógicos, ábacos, dados, jogos e calculadoras.	6	Na transmissão dos conteúdos, utilizar o concreto, pois o DI sente dificuldades para compreender o abstrato.
7	Alunos com DI, geralmente apresentam dificuldades nas habilidades sociais, sofrem "bullying" no meio educacional e necessitam de apoio para a interação e integração ao meio onde vive, por isso, é fundamental o papel de todos para proporcionar a inclusão social e educacional desses alunos.	8	O aluno com DI não deve ser avaliado somente para fins classificatório, mas também para que o professor compreenda e possa intervir no processo de aprendizagem, identificando as dificuldades e aperfeiçoamento a evolução na aprendizagem

É importante que a avaliação seja, necessariamente, DINÂMICA, CONTÍNUA e PROCESSUAL.



Tecnologia Assistiva

- ▶ Prancha Fácil
- ▶ Fontes para pessoas com dislexia
- ▶ MagicScroll Web Reader

ferramentas

Windows

▶▶ Prancha Fácil

Software para criação de pranchas que facilitam a comunicação com crianças jovens e adultos em diferentes âmbitos. Totalmente personalizável.

[www. https://tinyurl.com/4a8c7snh](https://tinyurl.com/4a8c7snh)

Recurso tipográfico para Windows, Linux e MacOS ●●●

▶▶ Fontes para pessoas do dislexia

A dislexia é um transtorno de aprendizagem que dificulta o processo de leitura e escrita. A pessoa com dislexia pode trocar fonemas, letras, especialmente as que possuem grafia semelhantes (como d/b, p/b, m/n, g/j..., entre outras).

[www. https://tinyurl.com/3nb32ust](https://tinyurl.com/3nb32ust)

Extensão para Chrome ●●●

▶▶ MagicScroll Web Reader

Apresenta o texto de páginas da web em formato de eBook, facilitando a leitura de conteúdos extensos.

[www. https://tinyurl.com/48vzvut7](https://tinyurl.com/48vzvut7)



Deficiência visual

1	O aluno com deficiência visual deve receber com antecedência o material (conteúdo) o qual o professor vai utilizar em sala de aula em Braille, áudio e /ou em audiolivro/audiobook.	2	Todas as informações disponibilizadas na sala (quadro e verbal) devem ser disponibilizadas depois para o aluno.
3	Atendimentos individualizados e/ou de apoios devem ser realizados em horário que não o retire da aula.	4	Na resolução das atividades e avaliações não é necessário reduzir o nível do conteúdo, mas adaptá-las à necessidade do aluno, em Braille e/ou aplicada de forma oral.
5	Garantir ao aluno com DV as aulas práticas em laboratórios com o uso da exploração com o concreto e em observação direta com o professor e /ou monitoria..	6	Garantir as aulas de Educação Física proporcionando as oportunidades do uso do tátil e demais sentidos.
7	Apresentar antecipadamente (audiodescrição) e descrever imagens, desenhos, esquemas, figuras, gravuras, tabelas, fórmulas, gráficos textos com/sem gravuras.	8	Sobre o item 7, o material dever ser disponibilizado em relevo e acompanhados com perguntas a respostas sem o auxílio da visão.



Tecnologia Assistiva

- ▶ DOSVOX
- ▶ Text2Braille3d
- ▶ NVDA
- ▶ Orca
- ▶ TalkBack

Leitores de tela

▶ DOSVOX

Windows ●●●

Não se trata de um leitor de tela, mas de um software voltado a pessoas com deficiência visual, que se comunica com o usuário através de síntese de voz e o auxilia em diversas tarefas no computador.

[www. http://tinyurl.com/2xs7he7x](http://tinyurl.com/2xs7he7x)

▶ Text2Braille3d

Windows ●●●

Ferramenta permite gerar modelos 3D de placa de sinalização em Braille, que posteriormente serão impressos em uma impressora 3D.

[www. https://tinyurl.com/3kx47wk8](https://tinyurl.com/3kx47wk8)

▶ NVDA

Windows ●●●

Leitor de tela que interage com o sistema operacional e transforma conteúdo textual em fala.

[www. https://tinyurl.com/yc8y25rr](https://tinyurl.com/yc8y25rr)

▶ Orca

Linux ●●●

Leitor de tela livre e gratuito, desenvolvido para o sistema operacional Linux.

[www. https://tinyurl.com/mxnj6b6z](https://tinyurl.com/mxnj6b6z)

▶ TalkBack

Android ●●●

É o leitor de tela do Google incluído em dispositivos Android.

[www. https://tinyurl.com/53ea9d7f](https://tinyurl.com/53ea9d7f)



Tecnologia Assistiva

Mudança de cores

- ▶ Dark Reader
- ▶ Dark Background and Light Text

Amplificadores de tela

- ▶ Lupa do Windows
- ▶ LentePro
- ▶ ZoomIt

ferramentas

Extensão para Chrome ●●●

▶▶ Dark Reader

Possibilita a alteração dos aspectos visuais das páginas.

[www. http://tinyurl.com/56pdua4d](http://tinyurl.com/56pdua4d)

Extensão para Firefox ●●●

▶▶ Dark Background and Light Text

Muda a cor do fundo da página para preto e a escrita para branco, possui a opção de personalizar estas cores.

[www. https://tinyurl.com/4pctd972](https://tinyurl.com/4pctd972)

Windows ●●●

▶▶ Lupa

Aplicativo padrão do Windows que permite zoom de até 1600%. É possível personalizar a disposição do efeito nos modos: tela inteira, lente e ancorado.

[www. https://tinyurl.com/bdhswkpu](https://tinyurl.com/bdhswkpu)

Windows ●●●

▶▶ LentePro

Software que faz parte do Projeto DOSVOX. Mostra uma área da tela ampliada numa janela, como se fosse uma lente de aumento.

[www. https://tinyurl.com/muh7krsa](https://tinyurl.com/muh7krsa)

Windows ●●●

▶▶ ZoomIt

Apertando uma tecla pré-definida na instalação do software é acionado um zoom na tela, possibilitando uma melhor leitura dos itens presentes.

[www. https://tinyurl.com/2p8dbe95](https://tinyurl.com/2p8dbe95)



Tecnologia Assistiva

Atalhos do teclado para acessibilidade

- ▶ Atalhos do Windows
- ▶ Atalhos do MacOS

Conversores (fala p/ texto e texto p/ áudio)

- ▶ Ditado do Word
- ▶ Ararajuba
- ▶ Dictanote

ferramentas

Windows ●●●

▶▶ Atalhos de acessibilidade

Podem ajudar a usar o computador com um teclado ou dispositivo assistencial. Além de uma lista de atalhos de teclado para tecnologias assistivas para Windows, o link também mostra informações sobre a Lupa, alto contraste e outros recursos.

[www. http://tinyurl.com/mwy83w8j](http://tinyurl.com/mwy83w8j)

MacOS ●●●

▶▶ Atalhos de acessibilidade

Ao pressionar determinadas combinações de teclas, é possível fazer coisas que normalmente precisam de um mouse, trackpad ou outro dispositivo de entrada.

[www. https://tinyurl.com/bdet5c7c](https://tinyurl.com/bdet5c7c)

Windows ●●●

▶▶ Ditado do Word

Ativar o botão "Ditar" na barra superior à direita.

[www. https://tinyurl.com/2p98akb4](https://tinyurl.com/2p98akb4)

●●●

▶▶ Ararajuba

Desenvolvida pelo CTA, a ferramenta permite que um texto falado seja transcrito na tela. Também permite que textos digitados ou colados sejam lidos em voz alta.

[www. https://tinyurl.com/bddhrrx2](https://tinyurl.com/bddhrrx2)

Extensão para Chrome ●●●

▶▶ Dictanote

Editor de texto com conversor de fala. Permite a personalização de comandos de voz e a transcrição de arquivos de áudio.

[www. https://tinyurl.com/y6asd6u6](https://tinyurl.com/y6asd6u6)



Deficiência auditiva

1

Garantir e assegurar o idioma materno do aluno surdo ofertando a Libras como meio de comunicação para promover o ensino-aprendizagem.

2

Garantir e assegurar o intérprete de Libras direto tanto para o docente quanto para o discente no percurso da trajetória escolar em todos os níveis.

3

Promover ao aluno e aos demais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo materiais didáticos e pedagógicos em Libras.

4

Disseminar o conhecimento da Libras por meio de cursos em Formação Inicial Continuada-FIC e em disciplinas de Libras nas licenciaturas.

Para garantir a comunicação de todos, é imprescindível que os materiais didáticos e pedagógicos em Libras sejam disponibilizados nas bibliotecas, NAPNE e AEE.



Tecnologia Assistiva

- ▶ VLibras
- ▶ Hand Talk
- ▶ Rybenã

Tradutores de Língua Portuguesa para Libras

Windows, Linux, Android, iOS, extensão para Chrome, Firefox e Safari ● ● ●

▶ VLibras

É uma suíte de ferramentas utilizadas na tradução automática do Português para a Língua Brasileira de Sinais.

[www. https://tinyurl.com/jtpnfnsf](https://tinyurl.com/jtpnfnsf)

Android e iOS ● ● ●

▶ HandTalk

Traduz texto e áudio de português para Libras. O aplicativo está disponível gratuitamente no Google Play e App Store.

[www. https://tinyurl.com/3ytjw62](https://tinyurl.com/3ytjw62)

Android e iOS ● ● ●

▶ Rybenã

Ferramenta para traduzir textos do português para Libras e Voz.

[www. https://tinyurl.com/yu4ep9cb](https://tinyurl.com/yu4ep9cb)



Deficiência física

1

Adaptar os materiais escolares: lápis com apoio, cadernos, pranchas comunicativas, e apostilas e permitir o uso de tecnologias assistivas.

2

Providenciar recursos humanos para atender aos estudantes que apresentam limitações motoras e movimentos comprometidos que dificultam a realização das Atividades Diária (AVDs).

3

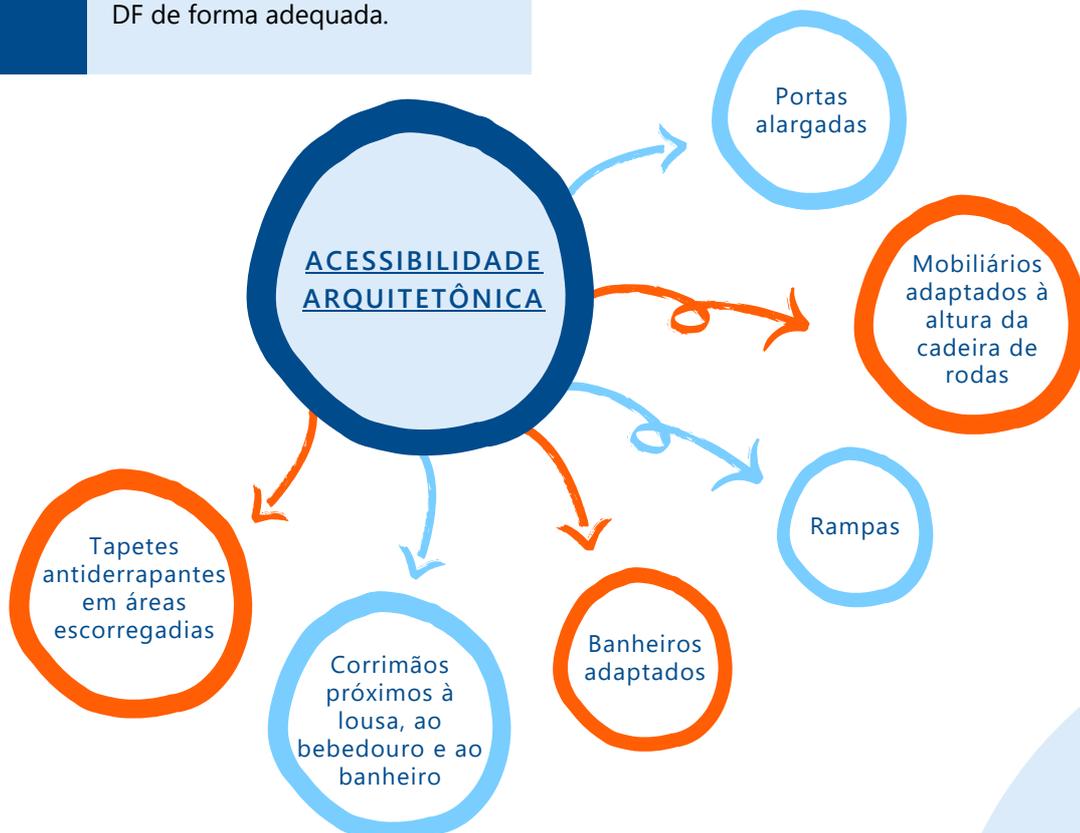
Para atender aos estudantes com as limitações mostradas no tópico 2, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) prevê a presença de um acompanhante no período em que frequentam a classe comum.

4

São os recursos humanos que possibilitam aos alunos com deficiência física a autonomia, a segurança e a comunicação para que eles possam ser inseridos em turmas de ensino regular.

5

Garantir e assegurar a acessibilidade arquitetônica (recursos físicos) das instituições para facilitar o acesso do aluno DF de forma adequada.





Tecnologia Assistiva

Alternativas p/ Mouse

- ▶ Camera Mouse
- ▶ eViacam
- ▶ HeadDev
- ▶ Headmouse

Alternativas p/ Teclado

- ▶ Teclado virtual do Windows
- ▶ Teclado de Acessibilidade do Mac
- ▶ MouseKey

ferramentas

▶▶ Camera Mouse

Windows ●●●

Possibilita o controle do mouse na tela com o movimento da cabeça e dos olhos. Simples de configurar e utilizar.

[www. http://tinyurl.com/2375zpfr](http://tinyurl.com/2375zpfr)

▶▶ eViacam

Windows, Linux e Android ●●●

Através de uma webcam, permite controlar o cursor por movimentos da cabeça, substituindo o mouse.

[www. https://tinyurl.com/bdhr6pzu](https://tinyurl.com/bdhr6pzu)

▶▶ HeadDev

Windows ●●●

Através de identificação facial, é possível controlar o mouse e executar suas funções com o movimento da cabeça. Também é possível configurar as propriedades do mouse.

[www. https://tinyurl.com/yc7ex3um](https://tinyurl.com/yc7ex3um)

▶▶ Headmouse

Windows ●●●

Além do movimento do mouse controlado pela cabeça, permite a utilização dos olhos e boca para executar funções do mouse. Muitas opções de configuração e preferências.

[www. https://tinyurl.com/2t6uk3vf](https://tinyurl.com/2t6uk3vf)

▶▶ Teclado virtual

Windows ●●●

Exibe um teclado visual com todas as teclas padrão.

[www. https://tinyurl.com/2rba5s9x](https://tinyurl.com/2rba5s9x)

▶▶ Teclado de acessibilidade MAC

iOS ●●●

É um teclado virtual que oferece recursos de digitação (por exemplo, sugestões de digitação) e navegação avançados e personalizáveis.

[www. https://tinyurl.com/yc3576df](https://tinyurl.com/yc3576df)

▶▶ MouseKey

Windows ●●●

Teclado virtual com teclas adicionais de padrões silábicos e acentuação nas letras, minimizando o esforço para escrever.

[www. https://tinyurl.com/5cvumcae](https://tinyurl.com/5cvumcae)



Autismo

1

A escola/instituição deve proporcionar aos professores e demais envolvidos no processo escolar do estudante autista conhecimento do diagnóstico, as características, as habilidades e ou as dificuldades deste aluno, pois os autistas apresentam características específicas.

Disfunções de Linguagem

Dificuldade com expressões faciais e entonação com o contexto da fala.

Ecolalia - repete a fala do outro e refere-se a si mesmo em 3ª pessoa.

Script - usa falas de desenho, de cenas de filmes ou de personagens.

Mutismo seletivo - só faz uso da linguagem preferencialmente com quem já possui vínculo afetivo.

Dificuldade no desenvolvimento da comunicação verbal.

Comunicação com olhar, gestos ou apontando.

Disfunções Comportamentais

Movimentos estereotipados (repetitivos - mover o corpo linearmente, fazer sons, balançar mãos ou cabeça).

Momentos de isolamento utilizados para autorregulação.

Necessita seguir rotina (fazer previsibilidade dos fatos e registrar em agendas, calendários e sequências de atividades).

Disfunções Sociais

Dificuldade em criar vínculo afetivo.

Dificuldade em manter contato visual.



Autismo

2

Organizar plano de acompanhamento em registros individuais de desempenho e comportamento para analisar o desenvolvimento cognitivo e pessoal do TEA.

3

A escola e/ou a instituição devem proporcionar um professor auxiliar para acompanhar o TEA em suas atividades escolares.

4

Capacitação dos professores envolvidos com a inclusão do TEA.

5

Adequação do currículo escolar ao estilo cognitivo e habilidades do aluno TEA.

Tempo, espaço, conteúdo, avaliação, atividades, materiais e móveis adaptados de acordo com a organização sensório-motora e adequação postural do aluno TEA

6

Garantir e assegurar o AEE ao TEA conforme disposto no Capítulo V (Da Educação Especial) do Título V da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e atendimento pela equipe do NAPNE.



Tecnologia Assistiva

- ▶ Prancha Fácil
- ▶ Scala
- ▶ Just Read
- ▶ Text Mode

ferramentas

Windows ● ● ●

▶ Prancha Fácil

Software para criação de pranchas que facilitam a comunicação com crianças jovens e adultos em diferentes âmbitos. Totalmente personalizável.

[www. https://tinyurl.com/4a8c7snh](https://tinyurl.com/4a8c7snh)

Windows ● ● ●

▶ Scala

Software que auxilia na alfabetização de crianças autistas através de comunicação alternativa. Disponível também para tablets.

[www. https://tinyurl.com/mpdr39yr](https://tinyurl.com/mpdr39yr)

Extensão para Chrome ● ● ●

▶ Just Read

Apresenta o conteúdo da página de forma limpa e sem distrações, permite que o usuário personalize como desejar.

[www. https://tinyurl.com/35uz66nr](https://tinyurl.com/35uz66nr)

Extensão para Chrome ● ● ●

▶ Text Mode

Mostra apenas o conteúdo textual da página, eliminando imagens, animações e vídeos.

[www. https://tinyurl.com/4z8wzth9](https://tinyurl.com/4z8wzth9)



Altas habilidades e superdotação

1

Assegurar programas de educação especial, currículos escolar flexível e aceleração nos estudos de acordo com a capacidade física, cognitiva, emocional, social e acadêmica.

2

Ofertar capacitação para os professores envolvidos na inclusão dos alunos com AH/S.

3

Estimular a interação dos alunos com AH/S com os demais colegas e no desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão.

4

Facilitar o uso das tecnologias para o desenvolvimento e ampliação dos conhecimentos.

5

Estimular o aluno com Altas Habilidades e Superdotação a participar de atividades extracurriculares que envolvam habilidades acadêmicas.

Entre essas atividades acadêmicas, podemos destacar: Olimpíadas de (Matemática - OBMEP), (Física OBF), (Língua Portuguesa OLP) entre outras.

Considerações finais

Confesso que falar sobre Educação Inclusiva ainda não é tarefa fácil, porque se trata de um tema que traz expectativas muito altas: porque ainda falamos de exclusão e isso é afirmativo de que a inclusão não ocorre, como assevera Mantoan (2015, p. 57), “conhecemos os argumentos pelos quais a escola tradicional resiste à inclusão- eles refletem a sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da diferença, da variedade, da singularidade.”

Destarte, o sistema inclusivo deve ser entendido ‘ainda’ como uma luta diária, de conscientização e não de imposição por leis e normativas, pois estas garantem na teorização, mas não asseguram na prática o que deve ocorrer mediante conscientização, conhecimento e humanidade. Os desafios são imensos aos quais somos convidados a superá-los quando estamos nos espaços educacionais, principalmente quando este espaço convida a ter diferentes olhares para as pessoas PCDs e não para as diferenças que todas as pessoas têm pelas suas essências.

Diante do exposto, este material objetiva contribuir para a inclusão dos alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) no IFCE campus Jaguaribe e demais IFs, partindo do pressuposto de que a educação é um direito de TODOS, desde que vivemos em uma sociedade democrática e se faz necessário que haja integração de todos os envolvidos nesse processo para promover o acesso, a permanência e o êxito aos discentes com NE, bem como a defesa da qualidade na escola pública, laica, independente de características psicossociais, físicas ou acadêmicas.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:Centro Gráfico, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 29 nov. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm >. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: 2011. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 29 nov. de 2022.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12796-4-abril-2013-775628-publicacaooriginal-139375-pl.html>. Acesso em: 30 nov. de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 29 nov. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 9ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: http://www.famasul.edu.br/2015/arquivos_pdf/106.pdf. Acesso em: 29 nov. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado: deficiência física. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf. Acesso em: 29 nov. de 2022.

BRASIL. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 29 nov.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Brasília: MEC/Seesp, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 29 nov. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica nº 19, de 8 de setembro de 2010. Assunto: Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em escolas comuns da rede pública de ensino. Brasília: MEC/Seesp/GAB, 2010. Disponível em: <https://inclusaoja.com.br/tag/nota-tecnica/>. Acesso em: 29 nov. de 2022.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 050, de 14 de dezembro de 2015. aprova o regulamento dos NAPNEs do IFCE, alterada pela Resolução nº 64, de 28 de maio de 2018. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proext/arquivos/resolucao-no-050-14-de-dezembro-de-2015-napnes.pdf>. Acesso em: 29 nov. de 2022.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga, PANJOTA, Luiza de Marillac P. MANTOAN, Maria Tereza Ègler. Aspectos legais e orientação pedagógica. São Paulo: MEC/SEEP, 2007.

FERRAMENTAS GRATUITAS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA, Centro Tecnológico de Acessibilidade-CTA, 2006. Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/tecnologia-assistiva/ferramentas-gratuitas-de-ta/>. Acesso em 27, jul. de 2023.

LAPLANE, A.L.F. Condições para ingresso e permanência de alunos com deficiência na escola. Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 93, p. 191-205, maio-ag.2004.

MANTOAN, Maria Tereza Ègler; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MPPE. Cartilha Educação Inclusiva. Educação Inclusiva: Marcos Legais

ORRÚ, Silvia Ester et al. Para além da Educação Especial: avanços e desafios de uma educação inclusiva. Rio de Janeiro: Wask Editora, 2014.

Revista Educação Pública, v. 19, nº 20, 10 de setembro de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/20/o-papel-do-profissional-de-apoio-no-processo-de-inclusao-escolar-de-alunos-com-deficiencia-fisica>. Acesso em: 29 de nov. de 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi, Inclusão, Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

TENÓRIO, Luma Loreta Alves; SANTOS, Edivânia Ferreira dos; BRITO, Ada Mônica Santos; SOUZA, José Clécio Silva de. O papel do profissional de apoio no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física. Revista Educação Pública, v. 19, nº 20, 10 de setembro de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/20/o-papel-do-profissional-de-apoio-no-processo-de-inclusao-escolar-de-alunos-com-deficiencia-fisica>. Acesso em 28 de jul. 2023.

INCLUSÃO, CONHECER PARA ASSEGURAR OS DIREITOS AOS DISCENTES COM NE NOS SERVIÇOS INCLUSIVOS

um guia para a inclusão dos discentes com
Necessidades Específicas no IFCE



Maria Brasilina S. da Silva
Josilene Almeida Brito